

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 30 de janeiro de 2025 às 07h57
Seleção de Notícias

Blog do Ancelmo Gois - Globo Online | RJ

Direitos Autorais

Milton Cunha será estrela da campanha do Ecad: 'Carnaval só é legal com direito autoral'	3
<small>FERNANDA PONTES AUTOR</small>	

Migalhas | BR

29 de janeiro de 2025 | Patentes

Juiz nega indenização por suposto plágio de post em música sertaneja	4
<small>MIGALHAS</small>	

O Globo | BR

Pirataria

OpenAI, Microsoft e gestão Trump atacam DeepSeek	6
<small>ECONOMIA</small>	

Folha de S. Paulo | BR

Patentes

OpenAI diz ter evidências de que DeepSeek copiou seus modelos	8
<small>MERCADO</small>	

Exame.com | BR

29 de janeiro de 2025 | Direitos Autorais

Consulta pública da AGU sobre moderação das plataformas digitais recebe 87 sugestões	9
<small>ÚLTIMAS NOTÍCIAS</small>	

IstoÉ Dinheiro Online | BR

29 de janeiro de 2025 | Propriedade Intelectual

MinC quer streaming público e regulação de plataformas em 2025	11
<small>ÚLTIMAS AGÊNCIA BRASIL</small>	

Portal iG | BR

29 de janeiro de 2025 | Direitos Autorais

Spotify bate recorde com US\$ 10 bi em pagamentos para a indústria	14
<small>MARCELO DE ASSIS</small>	

Milton Cunha será estrela da campanha do Ecad: 'Carnaval só é legal com direito autoral '



desta quinta-feira. A ação tem o objetivo de conscientizar sobre o pagamento do **direito** autoral e é direcionada a quem vai utilizar música publicamente em programações e eventos de carnaval, como organizadores e promotores de shows, trios elétricos, blocos de rua, prefeituras, casas de espetáculos e outros.

A ação tem o objetivo de conscientizar sobre o pagamento do **direito** autoral e é direcionada a quem vai utilizar música publicamente em programações e eventos de carnaval "**Direito** autoral em dia também é um espetáculo!". Esse é um dos bordões de Milton Cunha, que é a estrela da campanha de carnaval do Ecad deste ano. O carnavalesco, apresentador, pesquisador e professor foi escolhido como garoto-propaganda da campanha intitulada "Carnaval só é legal com **direito** autoral " promovida pela instituição.

E mais sobre carnaval: Mais de 55 mil pessoas solicitaram autorização para trabalhar como ambulantes no carnaval de rua do RioE também: Vai ter rapper americano fazendo sua estreia na Sapucaí

Milton gravou vídeos que serão divulgados a partir

Juiz nega indenização por suposto plágio de post em música sertaneja



Juiz considerou que a frase usada na canção não era original o suficiente para garantir proteção autoral. Sem plágio Juiz nega indenização por suposto plágio de post em música sertaneja Juiz considerou que a frase usada na canção não era original o suficiente para garantir proteção autoral. Da Redação quarta-feira, 29 de janeiro de 2025 Atualizado às 13:36 Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

Compositor que alegou uso indevido de trecho publicado no X em música da dupla sertaneja Maria Cecília & Rodolfo não será indenizado.

O juiz de Direito Erasmo Samuel Tozetto, da 4ª vara cível de São Paulo/SP, entendeu que a parte utilizada na canção não apresentava originalidade suficiente para ser protegida pela lei 9.610/98.

Justiça nega indenização por suposto plágio em música gravada por Maria Cecília & Rodolfo. (Imagem: Reprodução/Redes sociais)

Entenda o caso

O compositor afirmou que, em 2011, publicou no X (antigo Twitter) da conta de sua banda a frase "É claro que a culpa foi sua. Foi seu abraço que tirou a graça de todos os outros abraços". Mais tarde, descobriu que um trecho idêntico ao post estava presente na canção "Pedacinho de Nós Dois", lançada em 2015.

Com isso, pleiteou indenização por danos morais e materiais, incluindo valores referentes a discos vendidos e arrecadação, além do reconhecimento de sua coautoria na obra.

Em contestação, a produtora, o compositor e a editora envolvidos na canção alegaram que a frase utilizada na música não possuía autoria exclusiva e tampouco originalidade suficiente para configurar plágio. Alegaram ainda que se tratava de uma expressão comum, sem identidade suficiente com a composição do autor.

Decisão judicial

Na sentença, o juiz destacou que, para receber proteção da lei 9.610/98, uma obra deve demonstrar originalidade e esforço criativo. Segundo ele, a frase mencionada pelo autor não atende a esse requisito.

"No caso concreto, a conexão se revela pela repetição da frase [...], que, por certo, é bastante comum e nada tem de inovadora, de forma que não pode ser considerada ideia nem do autor, nem do réu."

O magistrado também ressaltou que palavras como "culpa" e "abraço" são expressões recorrentes em letras de músicas, poemas e frases de uso cotidiano, afastando qualquer caráter distintivo que pudesse conferir exclusividade à composição.

Além disso, a sentença citou jurisprudência do TJ/SP e do STJ, que reforça a impossibilidade de reconhecer **direitos** autorais sobre simples ideias, destacando que a proteção concedida pela legislação recai sobre a forma concreta da obra e não sobre con-

Continuação: Juiz nega indenização por suposto plágio de post em música sertaneja

ceitos **genéricos** ou expressões triviais.

Processo: 1012364-90.2019.8.26.0011

Dessa forma, a Justiça concluiu que a frase isolada não pode ser considerada uma criação original digna de proteção legal e julgou improcedente o pedido do autor.

Leia a decisão.

O escritório OVA Oliveira, Vale & Abdul Ahad Advogados atua pelo produtor.

OpenAI, Microsoft e gestão Trump atacam DeepSeek

ECONOMIA



Dona do ChatGPT e big tech lançam suspeitas de **pirataria** por parte da startup chinesa de IA que abalou o mercado. Futuro secretário americano de Comércio diz que empresa usou "tecnologia roubada" dos EUA.

SÃO FRANCISCO E WASHINGTON

A OpenAI e a Microsoft, parceiras na área de inteligência artificial, afirmam ter encontrado evidências de que a startup chinesa DeepSeek usou os modelos de propriedade da criadora do ChatGPT para treinar seu sistema de código aberto. As parceiras americanas estão investigando se um grupo ligado à empresa da China obteve de maneira não autorizada dados gerados pela tecnologia da OpenAI, informaram o Financial Times (FT) e a Bloomberg.

A Microsoft e a OpenAI dizem ter evidências do que chamam de "destilação", que suspeitam ter origem na DeepSeek. Trata-se de uma prática comum na indústria, utilizada por desenvolvedores para obter um melhor desempenho em modelos menores, aproveitando os resultados de modelos maiores e mais potentes, o que permite alcançar resultados semelhantes em determinadas tarefas a um custo bem menor. Resumindo, a "destilação" é quando um

modelo de IA aprende com as respostas de outro modelo para desenvolver capacidades semelhantes.

Nesta semana, o lançamento do modelo R1 da DeepSeek surpreendeu os mercados, investidores e empresas de tecnologia no Vale do Silício. A IA chinesa, desenvolvida com poucos recursos, alcançou classificações elevadas e resultados melhores ou comparáveis aos dos principais modelos desenvolvidos nos Estados Unidos, o que abalou a fé na liderança americana em inteligência artificial e gerou dúvidas sobre a necessidade de enormes gastos com desenvolvimento.

SEGURANÇA DA MICROSOFT

Pesquisadores de segurança da Microsoft teriam observado em meados do ano passado indivíduos que acreditam estar ligados à DeepSeek extraindo uma grande quantidade de dados por meio da interface de programação de aplicativos (API) da OpenAI, disseram as fontes.

A big tech criada por Bill Gates é a maior investidora e parceira tecnológica da OpenAI e teria notificado a DeepSeek sobre a atividade suspeita. A prática poderia violar os termos de serviço da OpenAI ou indicar que o grupo tentou burlar as restrições sobre a quantidade de dados que poderia obter, afirmaram as fontes ouvidas pela Bloomberg.

Desenvolvedores de software podem pagar por uma licença para usar a API e integrar os modelos proprietários de IA da OpenAI em seus próprios aplicativos, mas a suspeita é que a DeepSeek utilizou a "destilação" para desenvolver seu próprio modelo de chatbot, o que violaria os termos de serviço da OpenAI, que determinam que os usuários não podem "copiar" nenhum de seus serviços nem "usá-los para desenvolver modelos que concorram com a OpenAI".

Continuação: OpenAI, Microsoft e gestão Trump atacam DeepSeek

nAI".

O governo Trump parece ter abraçado a tese de "tra-
paça" dos chineses. David Sacks, chefe de in-
teligência artificial da nova administração, afirmou
ontem que há "evidências substanciais" de que a
DeepSeek usou dados dos modelos da OpenAI para
desenvolver sua própria tecnologia. Em entrevista à
Fox News, Sacks mencionou a "destilação".

- Há evidências substanciais de que a DeepSeek "des-
tilou" conhecimento a partir dos modelos da Ope-
nAI, e acho que a OpenAI não está nada feliz com
isso - disse Sacks, sem detalhar as provas.

Em sabatina no Congresso, o secretário de Comércio
de Trump, Howard Lutnick, disse ontem acreditar
que a DeepSeek só conseguiu criar um modelo de IA
de custo extremamente baixo aproveitando-se de
"tecnologia roubada" dos EUA.

A OpenAI afirmou que grupos na China e em outros
países estão "ativamente trabalhando para usar mé-
todos, incluindo a 'destilação', para tentar replicar

modelos avançados de IA dos EUA".

"Estamos cientes e revisando indícios de que a Deep-
Seek pode ter destilado indevidamente nossos mo-
delos e compartilharemos mais informações à
medida que soubermos mais", acrescentou a em-
presa.

OPEN AI TAMBÉM É ACUSADA

A DeepSeek declarou em suas próprias pesquisas
que o modelo R1 foi treinado com base em outros sis-
temas de código aberto. Diferentemente dos sis-
temas fechados da OpenAI, alguns modelos como o
Llama, da Meta, são de código aberto e podem ser
usados livremente.

O curioso é que, ao mesmo tempo em que a OpenAI
acusa a startup chinesa, a própria dona do ChatGPT é
acusada de violar vários **direitos** autorais de pro-
dutores de conteúdo, incluindo os do The New York
Times. (Com agências internacionais)}

OpenAI diz ter evidências de que DeepSeek copiou seus modelos

MERCADO

OpenAI diz ter evidências de que DeepSeek copiou seus modelos. SAN FRANCISCO E PEQUIM | FINANCIAL TIMES A OpenAI diz ter encontrado evidências de que a startup chinesa de inteligência artificial DeepSeek usou os modelos de sua propriedade para treinar seu próprio concorrente de código aberto. A declaração veio à medida em que crescem preocupações sobre potencial violação de propriedade intelectual. O anúncio do avanço de uma forma mais barata de um modelo de IA feito pela chinesa provocou uma queda em série das ações de empresas de tecnologia nos EUA e na Europa. Cálculos feitos pelo jornal Financial Times e pela agência de notícias Bloomberg apontam que a perda superou US\$1 trilhão (R\$ 5,9 tri) em valor de mercado só na segunda (27). O fabricante do ChatGPT, sediado em San Francisco, disse ao Financial Times que viu algumas evidências de destilação, uma técnica usada por desenvolvedores para obter melhor desempenho em modelos menores usando saídas de modelos maiores e mais capazes. Isso permite que eles alcancem resultados semelhantes em tarefas específicas a um custo muito menor. A OpenAI se recusou a dar mais detalhes de suas supostas evidências. Seus termos de serviço afirmam que os

usuários não podem copiar nenhum de seus serviços ou usar a saída para desenvolver modelos que competem com a OpenAI. Uma fonte próxima à OpenAI disse que a destilação era uma prática comum na indústria e destacou que a empresa oferece aos desenvolvedores uma maneira de fazer isso usando sua própria plataforma, e destacou: "O problema é quando você está fazendo isso para criar seu próprio modelo para seus próprios propósitos". Procurada, a DeepSeek não atendeu ao Financial Times. A DeepSeek diz que usou só 2.048 placas de vídeo Nvidia H800 e US\$ 5,6 milhões para treinar seu modelo V3 com 671 bilhões de parâmetros, uma fração do que a OpenAI e o Google gastaram para treinar modelos de tamanho comparável. Especialistas apontaram que o modelo gerou respostas que indicavam que ele havia sido treinado em saídas do GPT-4 da OpenAI, o que violaria seus termos de serviço. Informantes do setor dizem que, na realidade, é prática comum para **laboratórios** de IA, tanto na China quanto nos EUA, usar saídas de empresas líderes como a OpenAI. A OpenAI luta contra alegações de violação de **direitos** autorais, publicadas por jornais e criadores de conteúdo, que acusam a empresa de treinar seus modelos em seus artigos e livros sem permissão.

Consulta pública da AGU sobre moderação das plataformas digitais recebe 87 sugestões

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Audiência ocorrida na segunda-feira teve ausência de big techs e participação de pesquisadores

Com o prazo para colaborações expirado na segunda-feira, 27, a consulta pública sobre política de moderação de conteúdo das plataformas digitais recebeu 87 sugestões ao todo. A iniciativa foi promovida pela Advocacia-Geral da União (AGU), que na semana passada realizou uma audiência pública para debater a promoção dos direitos humanos nas redes.

Nessa audiência, pesquisadores e representantes de agências de checagem de fatos apresentaram estudos e debateram prováveis cenários e caminhos para regular plataformas e redes. As informações serão compartilhadas com o Congresso Nacional, no propósito de contribuir com eventuais atos administrativos do governo. Os dados também serão sistematizados e disponibilizados publicamente.

Por outro lado, representantes das grandes empresas de tecnologias, conhecidas como "big techs", não participaram do encontro promovido pela AGU. Nas últimas semanas, a mudança na política de moderação da Meta, que anunciou a substituição do seu programa de verificação digital por um sistema de notas da comunidade - em que usuários voluntários têm

o poder de moderar o conteúdo -, reacendeu o debate sobre regulação das redes no Brasil, ainda que a empresa tenha afirmado que as mudanças inicialmente dizem respeito somente aos Estados Unidos. A medida coincide com a volta do republicano Donald Trump ao poder.

Em 2023, o governo brasileiro tentou endereçar a questão da regulação das redes sociais com uma proposta sobre o tema, que ficou conhecida como PL das Fake News. Sob críticas de parlamentares da oposição, que enxergavam o movimento como uma tentativa de cerceamento da liberdade de expressão, o texto, que tem o deputado Orlando Silva (P-CdoB-SP) como relator, não avançou. O tema também é foco de debate no Supremo Tribunal Federal (STF), com julgamento interrompido após o ministro André Mendonça pedir vista.

Em relação ao PL das Fake News, a falta de consenso se deu principalmente sobre alguns temas considerados polêmicos:

remuneração de **direitos** autorais;

de quem seria a responsabilidade por fiscalizar as empresas;

imunidade parlamentar.

Notificação ao TikTok

Na semana passada, a AGU notificou o TikTok devido à postagem de um vídeo produzido por inteligência artificial, em que são atribuídas ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, declarações sobre "taxação de pobres". A publicação foi retirada do ar pela plataforma chinesa. Na notificação, os advogados da União destacaram que o conteúdo tratava-se de desinformação, ao tentar confundir o

Continuação: Consulta pública da AGU sobre moderação das plataformas digitais recebe 87 sugestões

público sobre a posição do ministro da Fazenda sobre um assunto que é de interesse público, sem que de fato ele tenha se manifestado.

"A análise do material evidencia a falsidade das informações por meio de alterações perceptíveis na mo-

vimentação labial e discrepâncias no timbre de voz, típicas de conteúdos forjados com o uso de inteligência artificial generativa", dizia trecho da notificação.

MinC quer streaming público e regulação de plataformas em 2025

ÚLTIMAS

O Ministério da Cultura (MinC) trabalha para colocar no ar ainda em 2025 um streaming público. Ao mesmo tempo, batalha para que a regulação das plataformas digitais voltadas para a disponibilização de vídeo sob demanda (VOD, na sigla em inglês) avance também neste ano.

O tema é um dos principais assuntos que têm sido explorado por representantes de Secretaria do Audiovisual (SAV) do MinC, ao longo da Mostra de Cinema de Tiradentes. Organizado pela Universo Produção, o evento chega à sua 28ª edição e é um dos principais festivais de cinema do país.

A mostra começou em 24 de janeiro e vai até o próximo sábado (1º/2). A programação conta com 140 filmes, além de debates, shows, oficinas, lançamentos de livros e outras atividades.

Também inclui a realização do Fórum de Tiradentes, evento que reúne dezenas de profissionais do setor para um diagnóstico do audiovisual brasileiro com o objetivo de formular propostas ao MinC. Os debates ocorrem em diferentes mesas e em grupos de trabalho, com a participação de representantes do governo. Ao final, será aprovada uma carta elencando as principais pautas e demandas do setor.

"É urgente que a gente resolva nesse ano a regulação do VOD", disse na mesa de abertura a secretária nacional do audiovisual, Joelma Gonzaga.

Uma das principais questões, segundo ela, é garantir a proteção do conteúdo nacional. Em outras palavras, significa que plataformas como Netflix, Amazon Prime Video, Disney + e HBO Max teriam que garantir no catálogo disponibilizado para o público brasileiro um percentual mínimo de produções nacionais.

Outro debate envolve a proteção ao direito pa-

trimonial. A ideia é de que a regulação estabeleça os parâmetros sobre como os ganhos econômicos da exploração comercial de um produto audiovisual devem ser compartilhados entre a produtora e a plataforma.

"São direitos que já vêm sendo assegurados ao longo do histórico das nossas políticas públicas. Se estendemos isso para as plataformas, nós estaremos defendendo a nossa produção independente. Estaremos defendendo a soberania", avalia Joelma.

Questões envolvendo a tributação e a garantia de que a produção local tenha proeminência nos catálogos também fazem parte do pacote de medidas que está em pauta.

Todas essas discussões precisam passar pelo Congresso Nacional, a quem cabe aprovar um marco regulatório para as plataformas digitais. Atualmente existem dois projetos de lei que tratam do assunto em tramitação. A proposta do MinC é avançar nas articulações para que seja votado um único texto.

A secretária do audiovisual considera que o momento do cinema brasileiro favorece o debate. "Tenho falado da importância das três indicações ao Oscar conquistadas por Ainda Estou Aqui. E nós estamos também com 13 filmes brasileiros selecionados pro Festival de Berlim que é um dos maiores festivais do mundo, um dos mais prestigiados. E aqui são 141 filmes que vão passar ao longo da Mostra de Tiradentes. É muito para celebrar".

De acordo com ela, não se tratam de medidas inéditas no mundo. "Nenhum dos países considerados grandes potências da indústria do audiovisual chegou a esse lugar sem defender a sua produção nacional. França, Coreia do Sul, o próprio Estados Unidos, enfim, todos têm mecanismo de defesa de proteção da

Continuação: MinC quer streaming público e regulação de plataformas em 2025

sua **propriedade** intelectual. E se a gente protege isso, há uma reação em cadeia. A gente está impulsionando a economia, as nossas produtoras".

Streaming público

O MinC também promete colocar no ar neste ano uma plataforma de streaming público, com disponibilização gratuita de um conjunto de produções audiovisuais. O objetivo é ampliar o acesso e a difusão do cinema nacional e contribuir para a formação de público.

Alguns detalhes foram apresentados no último sábado (25) pela diretora de preservação e difusão audiovisual da SAV, Daniela Santana Fernandes. O projeto está sendo desenvolvido em parceria com Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais da Universidade Federal de Alagoas (UFAL): "já é uma realidade. Já fizemos grupo focal, já fizemos alguns testes", disse Daniela.

Segundo ela, no segundo semestre do ano passado, foi lançado também um edital para licenciamento de curtas e longas-metragens. Foram recebidas cerca de 1,6 mil inscrições e o resultado deve ser divulgado em breve.

"A gente precisava de obras para além daquelas que o governo federal já têm direito. Temos o acervo da Cinemateca Brasileira, onde tem por exemplo envolvimento do Iphan [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] e da Fundação Palmares. Tem acervo da Funarte [Fundação Nacional de Artes]. Todos esses vão compor o streaming. Mas queremos que a produção contemporânea também esteja lá representada", explicou.

Daniela disse que o nome da plataforma ainda não pode ser revelado. Ela afirmou ainda que, paralelamente ao seu desenvolvimento, vem sendo discutida a regulamentação da Lei Federal 13.006/2024. Aprovada no ano passado, ela estabeleceu a exibição de filmes de produção nacional

como componente curricular complementar: as escolas precisarão exibir mensalmente para os alunos no mínimo duas horas.

O streaming público deverá também se voltar para esse fim. "É o nosso compromisso. Afinal, como é que a gente ia regulamentar uma legislação sem dar ferramenta para que as escolas tenham condição de fazer essas exposições?".

Debate internacional

O debate regulatório também tem sido promovido pelo Brasil em fóruns internacionais. No ano passado, o país sediou os encontros do G20, que reúne as 19 maiores economias do mundo, bem como a União Europeia e mais recentemente a União Africana. O grupo se consolidou como foro global de diálogo e coordenação sobre temas econômicos, sociais, de desenvolvimento e de cooperação internacional.

Uma declaração específica sobre políticas culturais foi aprovada no âmbito do G20 incluindo um reconhecimento de que regulamentações nos serviços de licenciamento de conteúdo cultural e plataformas de streaming "podem ser adaptadas para as condições específicas do mercado e os contextos socioculturais e econômicos específicos dos países".

Joelma conta que não foi uma discussão simples, já que havia oposição dos Estados Unidos, que abriga as sedes da maioria das plataformas:

"Ficamos até 3 horas da manhã. Os Estados Unidos fizeram de tudo para retirar a pauta da declaração. Usaram os mais variados argumentos. E esta era uma proposição do Brasil. A União Europeia, a Índia, a China, estava todo mundo defendendo a proposta do Brasil. Vencemos. Não abrimos mão", relembra.

A urgência da regulação das plataformas digitais já havia sido citada no discurso de Raquel Hallak, coordenadora-geral da Mostra de Tiradentes, na cerimônia de abertura do evento. Joelma destaca

Continuação: MinC quer streaming público e regulação de plataformas em 2025

também a intervenção da deputada federal indígena Célia Xacriabá (PSOL). Na cerimônia, a parlamentar participou de uma performance artística que explorou a temática da sustentabilidade.

"Ela falou uma coisa muito interessante que todos nós sabemos e concordamos: o audiovisual é a grande arma do Século 21. Fiquei muito emocionada quando ela fala em reflorestar o cinema e transformar o cinema em uma floresta", disse Joelma, destacando a importância de se avançar na regulação e na criação de mecanismos que reforcem a democracia no audiovisual.

Gigantes de Tecnologia

Nesta terça-feira (28), em uma nova mesa debate que tratou do tema, o diretor da Agência Nacional de Cinema (Ancine), Paulo Alcoforado, destacou que a regulação do VOD é uma das faces da regulação da internet.

Ele aponta também como desafio avançar na regulação em outras frentes envolvendo, por exemplo, a inteligência artificial, a remuneração de conteúdo de jornalismo nas redes sociais, o combate à desinformação, as apostas online, entre outras.

"A gente está lidando em um mundo em que há gigantes de tecnologia, que têm seus ativos muito mais valorizados do que quaisquer outras empresas do mundo, que atuam em escala global, com um capital muito intensivo e com muito investimento. Fica impossível para as empresas nacionais competirem

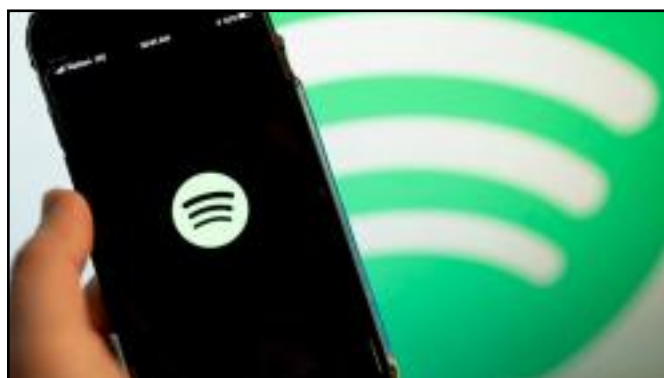
com esses serviços, cujo negócio central é o acesso indiscriminado a dados dos usuários. E a partir do momento que eles acessam os dados dos usuários, eles conseguem criar novos negócios", diz.

Segundo Alcoforado, cabe ao Estado atuar para equilibrar o jogo enfrentando sobretudo a concentração econômica. As preocupações são compartilhadas pelo pesquisador Pedro Butcher. Ele observa que vivemos hoje em um novo regime de circulação da informação, organizado a partir de uma busca pela monetização a partir dos dados. Nesse cenário, as grandes empresas de tecnologia reúnem hoje mais dados pessoais do que as empresas nacionais e do que o próprio Estado.

"Existe uma assimetria gigante. E é nesse ponto que a regulação precisa agir. Ela precisa tentar diminuir essa assimetria". Butcher contesta a forma como os donos das plataformas defendem a liberdade de expressão.

"É na verdade a defesa de uma canalização muito específica da informação. A diferença na viralização entre postagens verdadeiras e falsas é muito distinta. A estrutura da circulação da informação favorece a circulação das informações falsas. O que vemos é um complexo técnico industrial que instituiu um modelo que favorece a manipulação e o controle da verdade. E o lobby contra a regulação é pesado. É um poder econômico sem precedentes", acrescenta.

Spotify bate recorde com US\$ 10 bi em pagamentos para a indústria



Dados foram revelados pela empresa nesta quarta-feira (29)

Os números financeiros divulgados pelo Spotify nesta quarta-feira (29) explicam porque a plataforma é, na atualidade, a mais popular do planeta.

Publicidade

Em uma resposta aos dados da fintech musical Dueti, que também divulgou seus números em relação ao Spotify, a empresa fundada por Daniel Eik contestou eles, observando que esse relatório estaria "fora de sintonia com a realidade de como a indústria funciona", quando abordou os números de pagamentos de royalties.

Agora, o Spotify bateu o recorde US\$ 10 bilhões em pagamentos de **direitos** autorais para a indústria musical.

Há 10 anos, a plataforma contribuía com cerca de US\$ 1 bilhão e mantinha em sua base de assinantes pagos, cerca de 15 milhões de pessoas. Esses números aumentaram consideravelmente em 2024, com a empresa contribuindo para a indústria musical com US\$ 10 bilhões. Desde sua fundação, o Spotify já arrecadou quase US\$ 60 bilhões.

No cenário atual, somando todas as plataformas de streaming, já são mais de 500 milhões de ouvintes

premium. A meta global é que em um futuro não muito distante, existam 1 bilhão de assinantes que vão curtir suas músicas e artistas através deste formato digital.

Ainda em resposta aos dados da Dueti, o Spotify fez questão de esclarecer que existem algumas coisas específicas da empresa "que o tornam não apenas o serviço de streaming por assinatura mais popular, mas também o que mais paga".

Publicidade

De forma detalhada nesta coluna, o Spotify explica que os assinantes gostam das recomendações da plataforma, bem como de sua curadoria editorial especializada e que o fato da empresa permitir a descoberta de novos artistas, faz com que as pessoas continuem no aplicativo, reforçando a importância da retenção dos clientes.

Além disso, o Spotify afirma que a camada gratuita de ouvintes, permite um lucrativo modelo de negócio com a inserção de publicidade e, além do valor financeiro que isso gera, "mais de 60% dos assinantes Premium já foram

usuários da camada gratuita".

Trazer usuários que não esperam pagar por música e aprofundar seu engajamento significa que eles estão mais inclinados a se tornarem assinantes no futuro", diz o comunicado da empresa.

Atuação em novos mercados. Brasil, Índia, México e Nigéria se destacam

Outro ponto positivo abordado pelo Spotify é a presença da plataforma em novos mercados e com preços locais, fazendo um contraponto à uma visão de mercado superada de que não era possível monetizar

Continuação: Spotify bate recorde com US\$ 10 bi em pagamentos para a indústria

certos mercados. Hoje, segundo a empresa, mercados emergentes como Índia, Brasil, México e Nigéria "são lugares onde nossos investimentos estão dando resultado".

Segundo, o Spotify, na atualidade, mais de 10 mil artistas geram mais de US\$ 100 mil por ano. A IFPI (Federação Internacional da Indústria Fonográfica) apontou em 2024 que a plataforma contribui com cerca de um terço da receita global de streaming gravado. Mas um estudo abrangente recente de gravadoras e distribuidoras independentes da MIDiA Research mostrou que o Spotify representa mais da metade da receita de streaming de artistas de música indie.

O que isso indica é que o modelo do Spotify está permitindo exclusivamente mais espaço para que mais artistas encontrem sucesso e, finalmente, sustentem uma carreira na música, demonstrando uma mudança real em todo o negócio da música.

Nesta década, o valor global dos **direitos** autorais de música está em US\$ 45,5 bilhões, uma década depois

do seu ponto mais baixo, algo que deixa o Spotify como o ator principal no cenário financeiro dos players do mercado digital.

"Nosso objetivo é ajudar os artistas a colocar seu trabalho na frente de fãs existentes e futuros, continuar a inovar em nome deles e entregá-lo de uma forma que inspire as pessoas a pagar por ele. Integrar as pessoas ao streaming pago é precisamente o que aumentou nossos pagamentos - dez vezes - na última década", disse David Kaefer, vice presidente de negócios musicais do Spotify.

E encerra: "Alcançar 1 bilhão de assinantes pagos em todos os serviços de streaming será um esforço colaborativo, exigindo inovação, parcerias estratégicas e um foco contínuo em entregar valor excepcional aos fãs de música em todo o mundo. É uma meta que estamos confiantes de que podemos atingir juntos".

** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do Portal iG

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 4, 6, 8, 9, 14

Patentes

4, 8

Pirataria

6

Propriedade Intelectual

11